

Artigo 1.º	4
Objeto.....	4
Artigo 2.º	4
Contagem dos prazos.....	4
Artigo 3.º	4
Publicação	4
Artigo 4.º	4
Outras formas de publicitação.....	5
Artigo 5.º	5
Aplicação da jurisdição.....	5
Artigo 6.º	6
Patrocínio judiciário e representação em juízo.....	6
Artigo 7.º	6
Exercício de funções públicas por beneficiários de pensões de reforma pagas pela segurança social ou por outras entidades gestoras de fundos	6
Artigo 8.º	7
Duração dos contratos a termo certo para a execução de projetos de investigação e desenvolvimento.....	7
Artigo 9.º	8
Contratos a termo	8
Artigo 10.º	8
Aplicação no tempo	8
Artigo 11.º	9
Âmbito de aplicação subjetivo dos acordos coletivos de trabalho.....	9
Artigo 12.º	9
Novo regime disciplinar.....	9
Artigo 13.º	9
Compensação em caso de extinção do vínculo de emprego público por tempo indeterminado.....	9
Artigo 14.º	10
Situações vigentes de licença extraordinária.....	10
Artigo 15.º	11
Normas aplicáveis aos trabalhadores integrados no Regime de Proteção Social Convergente	11
Artigo 16.º	11

Faltas por doença	11
Artigo 17.º	12
Carreira contributiva	12
Artigo 18.º	13
Justificação da doença	13
Artigo 19.º	14
Meios de prova.....	14
Artigo 20.º	15
Doença ocorrida no estrangeiro	15
Artigo 21.º	15
Verificação domiciliária da doença	15
Artigo 22.º	16
Verificação domiciliária da doença pela ADSE	16
Artigo 23.º	16
Verificação domiciliária da doença pelas autoridades de saúde	16
Artigo 24.º	17
Intervenção da junta	17
Artigo 25.º	17
Pedido de submissão à junta médica.....	17
Artigo 26.º	17
Limite de faltas	18
Artigo 27.º	18
Submissão a junta médica independentemente da ocorrência de faltas por doença	18
Artigo 28.º	18
Falta de elementos médicos e colaboração de médicos especialistas	18
Artigo 29.º	19
Obrigatoriedade de submissão à junta médica	19
Artigo 30.º	19
Parecer da junta médica	19
Artigo 31.º	19
Interrupção das faltas por doença	19
Artigo 32.º	20
Cômputo do prazo de faltas por doença.....	20
Artigo 33.º	20

Fim do prazo de faltas por doença do pessoal contratado a termo resolutivo	20
Artigo 34.º	20
Junta médica	20
Artigo 35.º	21
Fim do prazo de faltas por doença.....	21
Artigo 36.º	22
Verificação de incapacidade.....	22
Artigo 37.º	22
Submissão à junta médica da Caixa Geral de Aposentações, IP no decurso da doença.....	22
Artigo 38.º	22
Faltas por doença prolongada.....	22
Artigo 39.º	23
Faltas para reabilitação profissional	23
Artigo 40.º	23
Junta de recurso	23
Artigo 41.º	24
Subsídio por assistência a familiares.....	24
Artigo 42.º	24
Revisão das carreiras, dos corpos especiais e dos níveis	24
remuneratórios das comissões de serviço	24
Artigo 43.º	26
Norma revogatória.....	26

Lei n.º .../2013

Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

A Assembleia da República decreta, nos termos do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

É aprovada a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, que se publica em anexo á presente lei e dela faz parte integrante.

Artigo 2.º

Contagem dos prazos

Os prazos previstos na LTFP contam-se nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 3.º

Publicação

1 - São publicados na 2.ª série do Diário da República, por extrato:

- a) Os atos de nomeação, bem como os que determinam, relativamente aos trabalhadores nomeados, mudanças definitivas de órgão ou serviço ou de categoria;
- b) Os contratos por tempo indeterminado, bem como os atos que determinam, relativamente aos trabalhadores contratados, mudanças definitivas de órgão ou serviço ou de categoria;
- c) As comissões de serviço;
- d) Os atos de cessação das modalidades de vínculo de emprego público referidas nas alíneas anteriores.

2 - Dos extratos dos atos e contratos consta a indicação da carreira, categoria e posição remuneratória do nomeado ou contratado.

Artigo 4.º

Outras formas de publicitação

- 1 - São afixados no órgão ou serviço e inseridos em página eletrónica, por extrato:
 - a) Os atos de nomeação e as respetivas renovações;
 - b) Os contratos a termo resolutivo e as respetivas renovações;
 - c) Os contratos de prestação de serviço e as respetivas renovações;
 - d) As cessações das modalidades de vínculo referidas nas alíneas anteriores.
- 2 - Dos extratos dos atos e contratos consta a indicação da carreira, categoria e posição remuneratória do nomeado ou contratado, ou, sendo o caso, da função a desempenhar e respetiva retribuição, bem como do respetivo prazo.
- 3 - Dos extratos dos contratos de prestação de serviços consta ainda a referência à concessão do visto ou à emissão da declaração de conformidade ou, sendo o caso, à sua dispensabilidade.

Artigo 5.º

Aplicação da jurisdição

- 1 - É alterado o artigo 4.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, que passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º [...]

1 - ...

2 - ...

3 - Ficam igualmente excluídas do âmbito da jurisdição administrativa e fiscal:

a) ...

b) ...

c) ...

d) A apreciação de litígios emergentes de vínculos de emprego público»

- 2 - Aos litígios emergentes do vínculo de emprego público não são aplicáveis as formas de processo especial de ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento e de impugnação de despedimento coletivo previstas no Código do Processo de Trabalho.
- 3 - Pode ser constituído tribunal arbitral para o julgamento de litígios emergentes de vínculos de emprego público, quando não estejam em causa direitos indisponíveis e quando não resultem de acidente de trabalho ou de doença profissional
- 4 - O Estado pode, nos termos da lei, autorizar a instalação de centros de arbitragem permanente destinados à composição de litígios no âmbito de vínculos de emprego público

Artigo 6.º

Patrocínio judiciário e representação em juízo

- 1 - Sem prejuízo da representação do Estado pelo Ministério Público nos termos do Código do Processo de Trabalho, as pessoas coletivas de direito público ou os ministérios podem ser representados em juízo por licenciados em Direito com funções de apoio jurídico, expressamente designados para o efeito, cuja atuação no âmbito do processo fica vinculada à observância dos mesmos deveres deontológicos, designadamente de sigilo, que obrigam o mandatário da outra parte.
- 2 - Para o efeito do disposto no número anterior, o poder de designar o representante em juízo da pessoa coletiva de direito público ou, no caso do Estado, do ministério compete ao responsável máximo pelos serviços jurídicos da pessoa coletiva ou do ministério.

Artigo 7.º

Exercício de funções públicas por beneficiários de pensões de reforma pagas pela segurança social ou por outras entidades gestoras de fundos

- 1 - O regime de exercício de funções públicas previsto nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação é aplicável aos beneficiários de pensões de reforma da segurança social e de pensões, de base ou complementares, pagas por quaisquer entidades públicas, independentemente da respetiva

natureza, institucional, associativa ou empresarial, do seu âmbito territorial, nacional, regional ou municipal, e do grau de independência ou autonomia, incluindo entidades reguladoras, de supervisão ou controlo, diretamente ou por intermédio de terceiros, nomeadamente seguradoras e entidades gestoras de fundos de pensões ou planos de pensões, a quem venha a ser autorizada a situação de cumulação.

- 2 - No prazo de 10 dias, a contar da data de início de funções, os beneficiários a que se refere o número anterior devem comunicar ao serviço processador da pensão aquele início de funções.
- 3 - Quando se verificarem situações de exercício de funções nos termos do n.º 1 o serviço processador da pensão suspende o respetivo pagamento .
- 4 - O disposto no presente artigo não é aplicável aos reformados por invalidez ou por incapacidade para o trabalho cuja pensão total seja inferior a uma vez e meia o valor do IAS.
- 5 - As entidades referidas no n.º 1 que paguem pensões, subvenções ou outras prestações pecuniárias da mesma natureza, de base ou complementares são obrigadas a comunicar à CGA, I. P., até ao dia 20 de cada mês, os montantes abonados nesse mês por beneficiário.
- 6 - O incumprimento pontual do dever de comunicação estabelecido no número anterior constitui o dirigente máximo da entidade pública, pessoal e solidariamente responsável, juntamente com o beneficiário, pelo reembolso à CGA, I. P., das importâncias que esta venha a abonar indevidamente em consequência daquela omissão.
- 7 - O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas, gerais ou especiais, em contrário.

Artigo 8.º

Duração dos contratos a termo certo para a execução de projetos de investigação e desenvolvimento

- 1 - Nos contratos a termo certo para a execução de projetos de investigação e desenvolvimento a que se refere o artigo 122.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, o termo estipulado deve corresponder à duração previsível dos projetos, não podendo exceder seis anos.

- 2 - Os contratos a que se refere o número anterior podem ser renovados uma única vez, por período igual ou inferior ao inicialmente contratado, desde que a duração máxima do contrato, incluindo a renovação, não exceda seis anos.
- 3 - Os contratos de duração superior a três anos estão sujeitos a autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública e da tutela:
 - a) No momento da celebração do contrato, quando o período inicialmente contratado seja superior a três anos; ou
 - b) No momento da renovação do contrato, quando a duração do mesmo, incluindo a renovação, seja superior a três anos.

Artigo 9.º

Contratos a termo

A LTFP é aplicável aos contratos a termo em execução na data da entrada em vigor da presente lei, exceto quanto às matérias relativas à constituição do contrato e a efeitos de factos ou situações totalmente anteriores àquele momento.

Artigo 10.º

Aplicação no tempo

- 1 - Ficam sujeitos ao regime previsto na LTFP aprovada pela presente Lei os vínculos de emprego público e os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho constituídos ou celebrados antes da entrada em vigor da presente lei, salvo quanto a condições de validade e a efeitos de factos ou situações totalmente anteriores àquele momento.
- 2 - As disposições de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho contrárias a norma imperativa da LTFP consideram-se automaticamente substituídas pelo conteúdo da norma legal, à data de entrada em vigor desta lei.
- 3 - Independentemente do prazo de vigência do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, as partes podem proceder à revisão parcial deste

instrumento para adequar as cláusulas deste instrumento à lei, no prazo de 6 meses após a entrada em vigor desta lei.

- 4 - Os acordos coletivos de trabalho em vigor podem ser denunciados no prazo de um ano a contar da entrada em vigor da presente da lei.

Artigo 11.º

Âmbito de aplicação subjetivo dos acordos coletivos de trabalho

- 1 - O disposto na LTFP em matéria de âmbito de aplicação subjetivo dos instrumentos de regulamentação coletiva é aplicável aos acordos coletivos de trabalho vigentes à data da entrada em vigor da presente lei.
- 2 - O direito de oposição e o direito de opção previstos respetivamente nos números 4 e 5 do artigo 370.º da LTFP devem ser exercidos no prazo de 60 dias a contar da entrada em vigor da presente lei.
- 3 - Com a entrada em vigor da LTFP são revogados os regulamentos de extensão emitidos ao abrigo da legislação revogada pela presente lei.

Artigo 12.º

Novo regime disciplinar

- 1 - O regime disciplinar previsto na LTFP é imediatamente aplicável aos factos praticados, aos processos instaurados e às penas em curso de execução na data da entrada em vigor desta lei, quando se revele, em concreto mais favorável ao trabalhador e melhor garanta a sua audiência e defesa.
- 2 - Ao prazo de prescrição da infração disciplinar previsto no artigo 178.º na LTFP aplica-se o disposto no artigo 337.º do Código do Trabalho.

Artigo 13.º

Compensação em caso de extinção do vínculo de emprego público por tempo indeterminado

- 1 - Em caso de extinção do vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado antes **da entrada em vigor da presente lei**, a compensação é calculada do seguinte modo:

- a) Em relação ao período de duração do contrato até **à data da entrada em vigor da presente lei**, o montante da compensação corresponde a um mês de remuneração base por cada ano completo de antiguidade;
- b) Em relação ao período de duração do contrato a partir da data referida na alínea anterior, o montante da compensação é **o previsto na LTFP**.

2- No caso de cessação do contrato de trabalho a termo a compensação é calculada do seguinte modo:

- a) **Em relação ao período de duração do contrato até à data da entrada em vigor da presente lei, o montante da compensação corresponde é o previsto no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 124/2010, de 17 de novembro, e pelas Leis n.ºs 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66/2012, de 31 de dezembro, e 68/2013, de 29 de agosto;**
- b) **Em relação ao período de duração do contrato a partir da data referida na alínea anterior, o montante da compensação é o previsto na LTFP.**

Artigo 14.º

Situações vigentes de licença extraordinária

- 1 - As percentagens da remuneração íliquida a considerar para efeitos de determinação da subvenção mensal dos trabalhadores que se encontrem em situação de licença extraordinária, previstas nos n.ºs 5 e 12 do artigo 32.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 11/2008, de 20 de fevereiro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, aplicável às licenças extraordinárias vigentes, são reduzidas em 50 %.
- 2 - O valor da subvenção mensal, calculado nos termos do número anterior, não pode, em qualquer caso, ser superior a duas vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

- 3 - Para efeitos de determinação da subvenção a que se referem os números anteriores, considera-se a remuneração que o trabalhador auferia na situação de mobilidade especial sem o limite a que se refere o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, alterada pelas Leis n.os 11/2008, de 20 de fevereiro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro.
- 4 - O disposto nos n.ºs 1 e 2 não prejudica a aplicação dos regimes de redução remuneratória a que haja lugar.
- 5 - O disposto nos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 32.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, alterada pelas Leis n.os 11/2008, de 20 de fevereiro, 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, aplicável às licenças extraordinárias vigentes, abrange a proibição de exercer qualquer atividade profissional remunerada em órgãos, serviços e organismos das administrações públicas, bem como associações públicas e entidades públicas empresariais, independentemente da sua duração, regularidade e forma de remuneração, da modalidade e natureza do contrato, pública ou privada, laboral ou de aquisição de serviços.
- 6 - O disposto no número anterior é aplicável nos casos em que o trabalhador em situação de licença extraordinária se obriga pessoalmente ou em que o exercício de funções ocorre no âmbito de um contrato celebrado pelo serviço ou entidade públicos ali referidos com sociedades unipessoais ou com pessoas coletivas com as quais aquele tenha uma relação.

Artigo 15.º

Normas aplicáveis aos trabalhadores integrados no Regime de Proteção Social Convergente

O disposto nos artigos 16.º a 42.º da presente lei é aplicável aos trabalhadores integrados no regime de proteção social convergente.

Artigo 16.º

Faltas por doença

- 1 - A falta por motivo de doença devidamente comprovada não afeta qualquer direito do trabalhador, salvo o disposto nos números seguintes.

- 2 - Sem prejuízo de outras disposições legais, a falta por motivo de doença devidamente comprovada determina:
- a) A perda da totalidade da remuneração diária no 1.º, 2.º e 3.º dias de incapacidade temporária, nas situações de faltas seguidas ou interpoladas;
 - b) A perda de 10 % da remuneração diária a partir do 4.º dia e até ao 30.º dia de incapacidade temporária.
 - c) A contagem dos períodos de 3 e 27 dias a que se referem, respetivamente, as alíneas a) e b) do número anterior é interrompida sempre que se verifique a retoma da prestação de trabalho.
- 3 - A aplicação da alínea b) do n.º 2 depende da prévia ocorrência de três dias sucessivos e não interpolados de faltas por incapacidade temporária nos termos da alínea a) do mesmo número.
- 4 - O disposto na alínea a) do n.º 2 não implica a perda da remuneração base diária nos casos de internamento hospitalar, faltas por motivo de cirurgia ambulatória, doença por tuberculose e doença com início no decurso do período de atribuição do subsídio parental que ultrapasse o termo deste período.
- 5 - As faltas por doença descontam na antiguidade para efeitos de carreira quando ultrapassem 30 dias seguidos ou interpolados em cada ano civil.
- 6 - O disposto nos n.ºs 2 a 6 não se aplica às faltas por doença dadas por pessoas com deficiência, quando decorrentes da própria deficiência.
- 7 - As faltas por doença implicam sempre a perda do subsídio de refeição.
- 8 - O disposto nos números anteriores não prejudica o recurso a faltas por conta do período de férias.

Artigo 17.º

Carreira contributiva

- 1 - Durante o período de faltas por motivo de doença a que se refere o artigo anterior, mantém-se a contribuição total das entidades empregadoras para a CGA, IP, no caso dos trabalhadores integrados no regime de proteção social convergente, determinada em função da remuneração relevante para o efeito à data da ocorrência da falta.

- 2 - O período de faltas por motivo de doença a que se refere o artigo anterior é equivalente à entrada de quotizações do trabalhador para efeitos das eventualidades invalidez, velhice e morte.
- 3 - Nas situações a que se refere o número anterior, o valor a considerar para efeitos de equivalência a entrada de quotizações é determinado com base na remuneração perdida pelo trabalhador.
- 4 - No caso das faltas com perda parcial da remuneração, a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo anterior, a equivalência à entrada de quotizações do trabalhador respeita unicamente à diferença entre a remuneração relevante auferida e a que auferiria se estivesse em exercício efetivo de funções.
- 5 - A entidade empregadora procede, mensalmente, à comunicação das faltas ocorridas ao abrigo do artigo anterior, nos termos a definir pela CGA, IP.

Artigo 18.º

Justificação da doença

- 1 - O trabalhador impedido de comparecer ao serviço por motivo de doença deve indicar o local onde se encontra e apresentar documento comprovativo no prazo de cinco dias úteis.
- 2 - A doença deve ser comprovada mediante declaração passada por estabelecimento hospitalar, centro de saúde, incluindo as modalidades de atendimento complementar e permanente, ou instituições destinadas à prevenção ou reabilitação de toxicodependência ou alcoolismo, integrados no Serviço Nacional de Saúde, de modelo aprovado por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da saúde e da Administração Pública.
- 3 - A doença pode, ainda, ser comprovada, através de preenchimento do modelo referido no número anterior, por médico privativo dos serviços, por médico de outros estabelecimentos públicos de saúde, bem como por médicos ao abrigo de acordos com qualquer dos subsistemas de saúde da Administração Pública no âmbito da especialidade médica objeto do respetivo acordo.
- 4 - Nas situações de internamento, a comprovação pode, igualmente, ser efetuada por estabelecimento particular com autorização legal de funcionamento, concedida pelo Ministério da Saúde.

- 5 - A falta de entrega do documento comprovativo da doença nos termos do n.º 1 implica, se não for devidamente fundamentada, a injustificação das faltas dadas até à data da entrada do documento comprovativo nos serviços.
- 6 - Os documentos comprovativos da doença podem ser entregues diretamente nos serviços ou enviados aos mesmos através do correio, devidamente registados, relevando, neste último caso, a data da respetiva expedição para efeitos de cumprimento dos prazos de entrega fixados neste artigo, se a data da sua entrada nos serviços for posterior ao limite dos referidos prazos.
- 7 - O documento comprovativo da doença pode ainda ser remetido por via eletrónica pelas entidades referidas nos n.ºs 2, 3 e 4, no momento da certificação da situação de doença, ao serviço em que o trabalhador exerce funções ou a organismo ao qual seja cometida a competência de recolha centralizada de tais documentos, sendo de imediato facultado ao trabalhador cópia do referido documento ou documento comprovativo desse envio.

Artigo 19.º

Meios de prova

- 1 - A declaração de doença deve ser devidamente assinada pelo médico, autenticada pelas entidades com competência para a sua emissão nos casos previstos no n.º 2 do artigo anterior e conter:
- a) A identificação do médico;
 - b) O número da cédula profissional do médico;
 - c) A identificação do acordo com um subsistema de saúde ao abrigo do qual é comprovada a doença;
 - d) O número do bilhete de identidade do trabalhador;
 - e) A identificação do subsistema de saúde e o número de beneficiário do trabalhador;
 - f) A menção da impossibilidade de comparência ao serviço;
 - g) A duração previsível da doença;
 - h) O facto de ter havido ou não lugar a internamento;
 - i) A menção expressa de que a doença não implica a permanência na residência ou no local em que se encontra doente, quando for o caso.
- 2 - Quando tiver havido lugar a internamento e este cessar, o trabalhador deve apresentar-se ao serviço com o respetivo documento de alta ou, no caso de ainda não estar apto a regressar, proceder à comunicação e apresentar

documento comprovativo da doença nos termos do disposto no artigo anterior, contando-se os prazos respetivos a partir do dia em que teve alta.

- 3 - Cada declaração de doença é válida pelo período que o médico indicar como duração previsível da doença, o qual não pode exceder 30 dias.
- 4 - Se a situação de doença se mantiver para além do período previsto pelo médico, deve ser entregue nova declaração, sendo aplicável o disposto nos n.ºs 1 e 5 do artigo anterior.

Artigo 20.º

Doença ocorrida no estrangeiro

- 1 - O trabalhador que adoecer no estrangeiro deve, por si ou por interposta pessoa, comunicar o facto ao serviço no prazo de sete dias úteis contados nos termos do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo.
- 2 - Salvo a ocorrência de motivos que o impossibilitem ou dificultem em termos que afastem a sua exigibilidade, os documentos comprovativos de doença ocorrida no estrangeiro devem ser visados pela autoridade competente da missão diplomática ou consular da área onde o interessado se encontra doente e entregues ou enviados ao respetivo serviço no prazo de 20 dias úteis contados nos termos do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo.
- 3 - Se a comunicação e o documento comprovativo de doença foram enviados através do correio, sob registo, releva a data da respetiva expedição para efeitos do cumprimento dos prazos referidos nos números anteriores, se a data da sua entrada nos serviços for posterior ao limite daqueles prazos.
- 4 - A falta da comunicação referida no n.º 1 ou da entrega dos documentos comprovativos da doença nos termos dos números anteriores implica, se não for devidamente fundamentada, a injustificação das faltas dadas até à data da receção da comunicação ou da entrada dos documentos.

Artigo 21.º

Verificação domiciliária da doença

- 1 - Salvo nos casos de internamento, de atestado médico passado nos termos do n.º 2 do artigo 18.º e de doença ocorrida no estrangeiro, pode o dirigente competente, se assim o entender, solicitar a verificação domiciliária da doença.

- 2 - Quando a doença não implicar a permanência no domicílio, o respetivo documento comprovativo deve conter referência a esse facto.
- 3 - Nos casos previstos no número anterior, o trabalhador deve fazer acompanhar o documento comprovativo da doença da indicação dos dias e das horas a que pode ser efetuada a verificação domiciliária, num mínimo de três dias por semana e de dois períodos de verificação diária, de duas horas e meia cada um, compreendidos entre as 9 e as 19 horas.
- 4 - Se o interessado não for encontrado no seu domicílio ou no local onde tiver indicado estar doente, todas as faltas dadas são injustificadas, por despacho do dirigente máximo do serviço, se o trabalhador não justificar a sua ausência, mediante apresentação de meios de prova adequados, no prazo de dois dias úteis a contar do conhecimento do facto, que lhe será transmitido por carta registada, com aviso de receção.
- 5 - Se o parecer do médico competente para a inspeção domiciliária for negativo, serão consideradas injustificadas todas as faltas dadas desde o dia seguinte ao da comunicação do resultado da inspeção feita através de carta registada, com aviso de receção, e considerada a dilação de três dias úteis, e até ao momento em que efetivamente retome funções.

Artigo 22.º

Verificação domiciliária da doença pela ADSE

- 1 - A verificação domiciliária da doença do trabalhador nas zonas definidas por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública é efetuada por médicos do quadro da ADSE ou por ela convencioneados ou credenciados, neste caso por contrato de avença, cuja remuneração é fixada por despacho daqueles membros do Governo
- 2 - O dirigente máximo do serviço requisita diretamente à ADSE, por escrito ou pelo telefone, um médico para esse efeito, que efetuará um exame médico adequado, enviando logo as indicações indispensáveis.

Artigo 23.º

Verificação domiciliária da doença pelas autoridades de saúde

- 1 - Fora das zonas a que se refere o n.º 1 do artigo anterior, a verificação domiciliária da doença do trabalhador é feita pelas autoridades de saúde da área da sua residência habitual ou daquela em que ele se encontre doente.
- 2 - Sempre que da verificação domiciliária da doença efetuada fora daquelas zonas resultarem despesas de transporte, deve o serviço de que depende o trabalhador inspecionado promover a sua satisfação pela adequada verba orçamental.

Artigo 24.º

Intervenção da junta

- 1 - Com exceção dos casos de internamento, bem como daqueles em que o trabalhador se encontre doente no estrangeiro, há lugar à intervenção da junta médica quando:
 - a) O trabalhador tenha atingido o limite de 60 dias consecutivos de faltas por doença e não se encontre apto a regressar ao serviço;
 - b) A atuação do trabalhador indicie, em matéria de faltas por doença, um comportamento fraudulento.
- 2 - No caso previsto na alínea b) do número anterior, o dirigente do serviço deve fundamentar o pedido de intervenção da junta.

Artigo 25.º

Pedido de submissão à junta médica

- 1 - Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo anterior, o serviço de que dependa o trabalhador deve, nos 5 dias imediatamente anteriores à data em que se completarem os 60 dias consecutivos de faltas por doença, notificá-lo para se apresentar à junta médica, indicando o dia, hora e local onde a mesma se realizará.
- 2 - Se a junta médica considerar o interessado apto para regressar ao serviço, as faltas dadas no período de tempo que mediar entre o termo do período de 60 dias e o parecer da junta são consideradas justificadas por doença.
- 3 - Para efeitos do disposto no artigo anterior, o período de 60 dias consecutivos de faltas conta-se seguidamente mesmo nos casos em que haja transição de um ano civil para o outro.

Artigo 26.º

Limite de faltas

- 1 - A junta pode justificar faltas por doença dos trabalhadores por períodos sucessivos de 30 dias, até ao limite de 18 meses, sem prejuízo do disposto no artigo 37.º.
- 2 - O disposto no número anterior não prejudica a possibilidade de o serviço denunciar, no seu termo, os contratos de pessoal celebrados ao abrigo da legislação em vigor sobre a matéria.

Artigo 27.º

Submissão a junta médica independentemente da ocorrência de faltas por doença

- 1 - Quando o comportamento do trabalhador indiciar perturbação psíquica que comprometa o normal desempenho das suas funções, o dirigente máximo do serviço, por despacho fundamentado, pode mandar submetê-lo a junta médica, mesmo nos casos em que o trabalhador se encontre em exercício de funções.
- 2 - A submissão à junta médica considera-se, neste caso, de manifesta urgência.
- 3 - O trabalhador pode, se o entender conveniente, indicar o seu médico assistente para integrar a junta médica.

Artigo 28.º

Falta de elementos médicos e colaboração de médicos especialistas

- 1 - Se a junta não dispuser de elementos suficientes que lhe permitam deliberar, deve conceder ao trabalhador um prazo para obtenção dos mesmos, decorrido o qual este deve submeter-se novamente à junta.
- 2 - O trabalhador é obrigado, nos prazos fixados pela junta, a:
 - a) Submeter-se aos exames clínicos que aquela considerar indispensáveis, que são, a sua solicitação, marcados pela mesma, e integralmente suportadas pela ADSE;
 - b) Apresentar-se à junta com os elementos por ela requeridos.
- 3 - O não cumprimento do disposto no número anterior implica a injustificação das faltas dadas desde o termo do período de faltas anteriormente concedido, a menos que não seja imputável ao trabalhador a obtenção dos exames fora do prazo.

- 4 - Sempre que seja necessário, a junta médica pode requerer a colaboração de médicos especialistas e de outros peritos ou recorrer aos serviços especializados dos estabelecimentos oficiais, sendo os encargos suportados nos termos previstos na alínea a) do n.º 2.

Artigo 29.º

Obrigatoriedade de submissão à junta médica

- 1 - O trabalhador que, nos termos dos artigos anteriores, deva ser submetido a junta médica pode apresentar-se ao serviço antes que tal se tenha verificado, salvo nos casos previstos na alínea b) do artigo 24.º e no artigo 27.º
- 2 - Salvo impedimento justificado, a não comparência à junta médica para que o trabalhador tenha sido convocado implica que sejam consideradas injustificadas as faltas dadas desde o termo do período de faltas anteriormente concedido.
- 3 - O trabalhador que, nos termos do artigo 27.º, tenha sido mandado apresentar à junta médica e a ela não compareça é considerado na situação de faltas injustificadas a partir da data em que a mesma deveria realizar-se, salvo se a não comparência for devidamente justificada, perante o serviço de que depende, no prazo de dois dias úteis a contar da data da não comparência.

Artigo 30.º

Parecer da junta médica

- 1 - O parecer da junta médica deve ser comunicado ao trabalhador no próprio dia e enviado de imediato ao respetivo serviço.
- 2 - A junta deve pronunciar-se sobre se o trabalhador se encontra apto a regressar ao serviço e, nos casos em que considere que aquele se não encontra em condições de retomar a atividade, indicar a duração previsível da doença, com respeito do limite previsto no artigo 26.º, e marcar a data de submissão a nova junta.
- 3 - No caso previsto no n.º 1 do artigo 28.º, as faltas dadas pelo trabalhador que venha a ser considerado apto para regressar ao serviço, desde a data do pedido da submissão à junta médica, são equiparadas a serviço efetivo.

Artigo 31.º

Interrupção das faltas por doença

- 1 - O trabalhador que se encontre na situação de faltas por doença concedidas pela junta ou a aguardar a primeira apresentação à junta só pode regressar ao serviço antes do termo do período previsto mediante atestado médico que o considere apto a retomar a atividade, sem prejuízo de posterior apresentação à junta médica.
- 2 - Para efeitos do número anterior, a intervenção da junta considera-se de manifesta urgência.

Artigo 32.º

Cômputo do prazo de faltas por doença

Para efeitos do limite máximo de 18 meses de faltas por doença previsto no n.º 1 do artigo 26.º, contam-se sempre, ainda que relativos a anos civis diferentes:

- a) Todas as faltas por doença, seguidas ou interpoladas, quando entre elas não mediar um intervalo superior a 30 dias, no qual não se incluem os períodos de férias;
- b) As faltas justificadas por doença correspondentes aos dias que medeiam entre o termo do período de 30 dias consecutivos de faltas por doença e o parecer da junta médica que considere o trabalhador capaz para o serviço.

Artigo 33.º

Fim do prazo de faltas por doença do pessoal contratado a termo resolutivo

- 1 - Findo o prazo de 18 meses de faltas por doença, e sem prejuízo do disposto no artigo 38.º, ao pessoal contratado a termo resolutivo que não se encontre em condições de regressar ao serviço é aplicável, desde que preencha os requisitos para a aposentação, o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º, salvo se optar pela rescisão do contrato.
- 2 - Ao pessoal que ainda não reúna os requisitos para a aposentação é rescindido o contrato.

Artigo 34.º

Junta médica

- 1 - A junta médica a que se refere a presente subsecção funcionará na dependência da ADSE, sem prejuízo do disposto no n.º 3.

- 2 - A composição, competência e funcionamento da junta médica referida no número anterior são fixados em decreto regulamentar.
- 3 - Os ministérios que tiverem serviços desconcentrados e, bem assim, as autarquias locais poderão criar juntas médicas sediadas junto dos respetivos serviços.

Artigo 35.º

Fim do prazo de faltas por doença

- 1 - Findo o prazo de 18 meses na situação de faltas por doença, os trabalhadores podem, sem prejuízo do disposto no artigo 37.º:
 - a) Requerer, no prazo de 30 dias e através do respetivo serviço, a sua apresentação à junta médica da CGA, IP, reunidas que sejam as condições mínimas para a aposentação;
 - b) Requerer a passagem à situação de licença sem remuneração.
- 2 - No caso previsto na alínea a) do número anterior e até à data da decisão da junta médica da CGA, IP, o trabalhador é considerado na situação de faltas por doença, aplicando-se-lhe o regime correspondente.
- 3 - O trabalhador que não requerer, no prazo previsto, a sua apresentação à junta médica da CGA, IP passa automaticamente à situação de licença sem remuneração, sujeita ao disposto no n.º 5 do artigo 281.º da LTFP.
- 4 - O trabalhador que não reunir os requisitos para apresentação à junta médica da CGA, IP deve ser notificado pelo respetivo serviço para, no dia imediato ao da notificação, retomar o exercício de funções, sob pena de ficar abrangido pelo disposto na parte final do número anterior.
- 5 - Passa igualmente à situação de licença sem remuneração o trabalhador que, tendo sido considerado apto pela junta médica da CGA, IP, volte a adoecer sem que tenha prestado mais de 30 dias de serviço consecutivos, nos quais não se incluem férias.
- 6 - O trabalhador está obrigado a submeter-se aos exames clínicos que a junta médica da CGA, IP determinar, implicando a recusa da sua realização a injustificação das faltas dadas desde a data que lhe tiver sido fixada para a respetiva apresentação.
- 7 - O regresso ao serviço do trabalhador que tenha passado a qualquer das situações de licença previstas na alínea b) do n.º 1 não está sujeito ao decurso de qualquer prazo.

8 - Os processos de aposentação previstos neste artigo têm prioridade absoluta sobre quaisquer outros, devendo tal prioridade ser invocada pelos serviços quando da remessa do respetivo processo à CGA, IP.

Artigo 36.º

Verificação de incapacidade

1 - Os processos de aposentação por incapacidade a que seja aplicável o disposto no artigo anterior são considerados urgentes e com prioridade absoluta sobre quaisquer outros, estando sujeitos a um regime especial de tramitação simplificada, com as seguintes especificidades:

- a) É dispensada a participação do médico relator, atenta a prévia intervenção de outra junta médica, que permite caracterizar suficientemente a situação clínica do subscritor;
- b) A presença do subscritor é obrigatória unicamente quando a junta médica considerar o exame médico direto necessário ao completo esclarecimento da situação clínica;
- c) O adiamento da junta médica por impossibilidade de comparência do subscritor, quando esta seja considerada necessária, depende de internamento em instituição de saúde, devidamente comprovado.

2 - A junta médica referida no n.º 2 do artigo anterior é a prevista no artigo 91.º do Estatuto da Aposentação, não tendo o requerimento de junta de recurso efeito suspensivo da decisão daquela junta para efeito de justificação de faltas por doença.

3 - A CGA, IP., pode determinar a aplicação do regime especial de tramitação simplificada a outras situações cuja gravidade e rápida evolução o justifique.

Artigo 37.º

Submissão à junta médica da Caixa Geral de Aposentações, IP no decurso da doença

O trabalhador pode, no decurso da doença, requerer a sua apresentação à junta médica da CGA, IP, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto, respetivamente, nos artigos 33.º e 35.º, conforme os casos.

Artigo 38.º

Faltas por doença prolongada

- 1 - As faltas dadas por doença incapacitante que exija tratamento oneroso e ou prolongado conferem ao trabalhador o direito à prorrogação, por 18 meses, do prazo máximo de ausência previsto no artigo **26.º**
- 2 - As doenças a que se refere o n.º 1 são definidas por despacho conjunto dos membros do Governo que têm a seu cargo as áreas das finanças, da Administração Pública e da saúde.
- 3 - As faltas dadas ao abrigo da Assistência a Funcionários Civis Tuberculosos regem-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 48359, de 27 de Abril de 1968.
- 4 - As faltas a que se referem os números anteriores não descontam para efeitos de antiguidade, promoção e progressão.

Artigo 39.º

Faltas para reabilitação profissional

- 1 - O trabalhador que for considerado, pela junta médica a que se refere o artigo **34.º**, incapaz para o exercício das suas funções, mas apto para o desempenho de outras às quais não possa ser afeto através de mobilidade interna, tem o dever de se candidatar a todos os procedimentos concursais para ocupação de postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal dos órgãos ou serviços, desde que observado o disposto no artigo 96.º da LTFP aplicável com as necessárias adaptações, bem como o direito de frequentar ações de formação para o efeito.
- 2 - Enquanto não haja reinício de funções nos termos do n.º 1, o trabalhador encontra-se em regime de faltas para reabilitação profissional.
- 3 - As faltas para reabilitação produzem os efeitos das faltas por doença.

Artigo 40.º

Junta de recurso

- 1 - Quando a junta da CGA, IP, contrariamente ao parecer da junta médica competente, considerar o trabalhador apto para o serviço, pode este ou o serviço de que depende requerer a sua apresentação a uma junta de recurso.
- 2 - A junta de recurso a que se refere o número anterior é constituída por um médico indicado Instituto de Segurança Social, I.P., um médico indicado pela ADSE ou pelas juntas médicas previstas no n.º 3 do artigo **34.º** e um professor universitário das faculdades de medicina, designado pelos

membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, que presidirá.

Artigo 41.º

Subsídio por assistência a familiares

Aos trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas integrados no regime de proteção social convergente é aplicável o artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril.

Artigo 42.º

Revisão das carreiras, dos corpos especiais e dos níveis remuneratórios das comissões de serviço

1 - Sem prejuízo da revisão que deva ter lugar nos termos legalmente previstos, mantêm-se as carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, designadamente as de regime especial e as de corpos especiais, bem como a integração dos respetivos trabalhadores, sendo que:

a) Só após tal revisão tem lugar, relativamente a tais trabalhadores, a execução das transições através da lista nominativa referida no artigo 109.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.os 64 -A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, exceto no respeitante à modalidade de constituição da sua relação jurídica de emprego público e às situações de mobilidade geral do, ou no, órgão ou serviço;

b) Até ao início de vigência da revisão:

i.) As carreiras em causa regem-se pelas disposições normativas aplicáveis em 31 de dezembro de 2008, com as alterações decorrentes dos artigos 154.º a 156.º, 166.º, 167.º da LTFP e 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro;

- ii.) Aos procedimentos concursais para as carreiras em causa é aplicável o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 38.º da LTFP, bem como no n.º 11 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril;
- iii.) O n.º 3 do artigo 110.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, não lhes é aplicável, apenas o sendo relativamente aos concursos pendentes na data do início da referida vigência.

2 - A revisão das carreiras a que se refere o número anterior deve assegurar:

- a) A observância das regras relativas à organização das carreiras previstas na LTFP e no seu artigo 149.º, designadamente quanto aos conteúdos e deveres funcionais, ao número de categorias e às posições remuneratórias;
- b) O reposicionamento remuneratório com o montante pecuniário calculado nos termos do n.º 1 do artigo 104.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3 -B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55 - A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 66-B/2012, de 31 de dezembro, sem acréscimos;
- c) As alterações de posicionamento remuneratório em função das últimas avaliações de desempenho e da respetiva diferenciação assegurada por um sistema de quotas;
- d) As perspetivas de evolução remuneratória das anteriores carreiras, elevando-as apenas de forma sustentável.

3 - O disposto no n.º 1 é aplicável, com as necessárias adaptações, aos níveis remuneratórios das comissões de serviço.

4 - O regime fixado no presente artigo tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas legais ou convencionais, especiais ou

excepcionais, em contrário, não podendo ser afastado ou modificado pelas mesmas.

Artigo 43.º

Norma revogatória

1 - São revogados os seguintes diplomas:

- a) Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, à exceção das normas transitórias abrangidas pelos artigos 88.º a 115.º;
- b) Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro;
- c) Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro;
- d) Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro;
- e) Lei n.º 23/98, de 26 de Maio;
- f) Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- g) Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho;
- h) Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- i) Decreto-Lei n.º 324/99, de 18 de agosto;
- j) Decreto-Lei n.º 325/99, de 18 de agosto.

2 - São ainda revogados a alínea d) do n.º 1 do artigo 180.º e a alínea c) do n.º 2 do 187.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro.

3 - Mantém-se em vigor os regulamentos publicados ao abrigo da legislação revogada quando exista igual habilitação legal no LTFP nomeadamente os seguintes:

- a) Decreto-Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de junho;
- b) Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro;
- c) Portaria n.º 62/2009, de 22 de Janeiro.